

*Quais as figuras que marcaram o seu encontro  
com a História?*

Muitas e talvez esqueça algum nome. Entre os primeiros contactos com a historiografia, ainda no final do ensino liceal, estiveram as leituras de Duarte Leite, Jaime Cortesão, Lúcio de Azevedo, António José Saraiva, Magalhães Godinho e Armando Castro, todos nomes silenciados, referidos nos corredores e não nas salas de aulas, onde a sua menção podia originar dissabores aos professores. Nesses tempos distantes, ensinar e ler Mário de Sá-Carneiro e Fernando Pessoa numa aula valeu uma violenta repreensão do reitor à minha professora de Literatura Portuguesa, e no ano lectivo seguinte ninguém a tornou a ver.

Comecei muito cedo a dar-me conta de que existiam duas culturas, a oficial, dos livros únicos – felizmente não li o velho Mattoso, mas sim o velho e bem feito manual de Malet-Jules Isaac, recomendado corajosamente pela minha professora do liceu, Maria Emília Cordeiro Ferreira –, e a cultura não-oficial. Não era difícil a escolha, a cultura não-oficial atraía pela sua diversidade.

Mas, voltando à pergunta, mais ou menos na mesma altura em que lia os autores nacionais referidos, comecei a ler Lucien Febvre, Marc Bloch, Gordon Childe, Marx, graças a professores de liceu, em que se contavam Augusto Abelaira e Maria Lucília Estanco Louro.

A passagem, pela Faculdade de Letras foi decepcionante. Coincidiu provavelmente com um dos mais débeis períodos do curso de História e Filosofia. Os cursos da Virgínia Rau eram pouco interessantes. Só com o Professor Borges de Macedo aprendi a prática da investigação, ao preparar a minha tese de licenciatura, já portanto no final do curso.

Logo a seguir, como acompanhei meu marido no seu exílio em França no início da década de 60, tive a sorte de continuar a poder dedicar-me à investigação histórica e de poder alargar extraordinariamente as minhas leituras. Percebi então como eram desactualizadas as bibliotecas portuguesas e pobre o mercado livreiro. Foi então que pude conhecer a obra de Ernest Labrousse, Fernand Braudel, Pierre Vilar e Albert Silbert e assistir aos seus seminários na École Pratique de Hautes Études (VI section), actualmente École des Hautes Études en Sciences Sociales. Também frequentei seminários de

Sociologia e de Matemática para as ciências sociais. Viria a trabalhar sob a orientação de Pierre Vilar, cuja obra teve grande importância na minha formação.

O debate então iniciado no meio dos economistas sobre a troca desigual, na sequência da recente experiência dos novos países africanos e asiáticos e também da evolução sul-americana, interessou-me muitíssimo. Myrdal, Emanuel, Samir Amin, Bairoch, Fernando Cardoso foram leituras dessa época.

Mas o mundo não-europeu constituía um termo de comparação insuficiente por demasiado diferente. A obra de Pierre Vilar e as leituras de Oliveira Martins incentivaram-me a «olhar» para a Espanha, e a romper a barreira nacional que separou longamente as duas culturas ibéricas. Também o convívio com alguns jovens historiadores catalães tornou possível conhecer bibliografia espanhola, então ainda mal difundida. Era também outra cultura não-oficial, com pouca difusão fora de Espanha.

*Como se situou e se situa face aos grandes debates historiográficos da nossa época?*

Quando comecei a dedicar-me à investigação histórica, situei-me dentro da corrente historiográfica dominante então na Europa, que pressupunha que o conhecimento da história económica e social era fundamental para a compreensão das sociedades e da evolução cultural e política. Em Portugal era uma corrente minoritária, representada de forma diferente por Virgínia Rau, Magalhães Godinho, Armando Castro, Jorge Borges de Macedo e Joel Serrão.

As minhas interrogações situavam-se então já em torno das origens do desfasamento cultural, tecnológico e económico entre Portugal e a Europa. O meu ponto de partida fora de origem literária, nascera da leitura da geração de 70, sobretudo Eça, Antero e Oliveira Martins. A opção pela história contemporânea valeu-me profunda hostilidade de Virgínia Rau, pois essa opção era assimilada a uma escolha política e metodológica. Recusava-se ainda na década de 60 o estatuto científico aos estudos de história contemporânea, que eram inteiramente assimilados ao marxismo! A atracção pelo marxismo era então muito marcante na cultura não-oficial e eu não fui alheia a

esse fascínio pela obra de Marx. Mas também lia (e leio) os *Annales*, de que era assinante. Rejeito qualquer tipo de gueto ideológico. Também recuso por isso a marginalização de Marx por motivos não científicos.

Hoje, ao interesse pela história económica e social, que não abandonei, veio acrescentar-se o trabalho noutras áreas, que se situam na encruzilhada entre história social e política, história das mentalidades e história das ideias. Mas não partilho o desprezo pelos factores económicos que penetrou nalguns sectores, como também anteriormente não desprezava os factores sociais, mentais e políticos. Não se pode é estudar tudo e ainda menos concomitantemente. A História total é uma meta estimulante, mas utópica.

A história política e evenemencial (que desde o meu primeiro livro abordei) pode aliás hoje ser objecto de uma abordagem muito diferente da tradicional, não só pela possível articulação com as estruturas e conjunturas económico-sociais (que se vão conhecendo melhor apesar das enormes lacunas existentes), mas também pela importante inovação metodológica realizada. Creio que a renovação actual da historiografia portuguesa pode beneficiar de quem parte atrasado poder aprender com a experiência e o saber acumulado noutros países. Porque não há ciência nacional. Disso tive consciência cedo, o que me levou a procurar sempre integrar os assuntos estudados no seu contexto natural, seja europeu e mundial, e recusar o isolamento do caso português.

Não vou retomar aqui nenhum dos grandes debates em que estive e estou envolvida no plano científico. Não gosto de os esquematizar. Tanto mais que o debate a nível teórico e metodológico tem sido raro. A linha da «nova» história económica, por exemplo, tem tentado aplicar ao caso português hipóteses explicativas inspiradas nas hipóteses do historiador britânico Patrick O'Brien. Mas essas tentativas têm-se situado a nível empírico, sem um debate conceptual equivalente ao que envolveu O'Brien, Wallerstein e Peter Mathias, o qual tem sido completamente ignorado.

Mas pode ser interessante saber-se como eu vejo a minha própria contribuição para a historiografia do período contemporâneo, acompanhada de algumas incursões no período moderno. Penso que tenho contribuído de forma decisiva para esclarecer vários problemas fundamentais da história dessa época. É o caso da lenda da «decadência», explicação fácil que constituía um espesso manto bloqueador da investigação científica. A sua origem prendia-se à teoria da especificidade do

caso português, país «ideal» onde não existiam, nem tinham existido, conflitos sociais, nem feudalismo, nem capitalismo... Nem revolução burguesa e liberal, nem movimento operário e socialismo, tudo questões alheias e ideologias de importação. E até a expansão colonial teria arruinado estranhamente não as colónias, mas a metrópole que apesar disso constituía três impérios... Foi lenda que se enredou tanto na historiografia oficial do Estado Novo como em parte da historiografia não-oficial, embora com contornos diferentes. Ainda talvez venha um dia a fazer um estudo sobre a análise historiográfica da ideia de «decaência», se ninguém o fizer antes.

Hoje, discutem-se as causas do subdesenvolvimento ou do atraso económico, já ninguém menciona nem a decadência nem a estagnação, fenómenos em absoluto muito raros. Fala-se em capitalismo oitocentista, que também já ninguém contesta ser um facto. A relevância da agricultura e da sua ligação ao mercado interno e externo é largamente aceite, embora se discuta a sua função. Discute-se a composição sociológica das várias revoluções liberais, a forma diferenciada do seu acolhimento ou rejeição nos vários estratos sociais. Já ninguém ousa contestar a importância das revoluções liberais e da monarquia constitucional. A ideia de Magalhães Godinho da persistência do Antigo Regime sem grandes alterações até ao século XX tornou-se irrelevante.

Entendo que desbravei alguns terrenos quase virgens, contribuindo com outros historiadores para a difícil passagem da meta-história para a ciência. Espero continuar.

*Como é que a sua obra se foi determinando  
e construindo no contexto da história  
recente do País?*

Já fui respondendo a esta questão. Apenas não me referi explicitamente ao período mais recente, posterior à Revolução de Abril. Penso que a progressiva desdramatização ideológica tem sido fundamental para o debate científico. Estou demasiado próxima para poder avaliar de forma específica o seu efeito nos meus trabalhos mais recentes. Talvez um dos aspectos mais importantes se situe a nível da linguagem. Escreve-se de forma diferente quando não há restrições à liberdade de

expressão. Admito também que alguma preferência por temas com conotação política tenha sido facilitada pelo clima da liberdade, mas eles estavam na sequência lógica dos meus trabalhos anteriores e é assim que os encaro.

Mas sobretudo não teria sido viável a realização de trabalhos colectivos de grande dimensão – o estudo sobre Mouzinho da Silveira, o *Roteiro das Fontes de História Contemporânea*, os estudos sobre as comissões parlamentares de 1821-1822 –, que careceram de financiamentos institucionais. A própria constituição do Centro de História (CEHCP/ISCTE), que viabilizou estes projectos, talvez não tivesse sido possível. E seria lamentável, pela qualidade do conjunto de investigadores que aqui consegui reunir. O apoio financeiro concedido à investigação na área da História era irrisório durante o Estado Novo e reservado ainda por cima aos seus simpatizantes.

*Em que medida a sua indagação do passado tem influído no seu modo de entender o mundo, de entender os outros e se entender a si própria?*

Como as minhas respostas anteriores permitem entrever, considero que o estudo da História é um instrumento fundamental para a compreensão do presente. Auxiliou-me também a situar-me no mundo. De algum modo o estudo da história de Portugal contribuiu para a integração por via intelectual num passado colectivo, de que familiarmente estava excluída. Ao mesmo tempo que essa exclusão contribuiu, provavelmente, para a minha rejeição de uma análise do «caso português» fechado sobre si próprio e para a consciência da dimensão europeia e intercontinental da história portuguesa e da historiografia, que hoje se tornou corrente felizmente.